



AL notícias

Impresso Especial

88000007/2002 - DR/SC ALESC

CORREIOS



JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 22 de agosto de 2003

Ano 5 Nº 138

(foto banco de dados Petrobras)

Legislativo lidera mobilização em defesa do mar catarinense

Após receber o relatório completo do Fórum Parlamentar Permanente do Petróleo (que vem acompanhando a questão dos royalties pagos ao Paraná pelo petróleo extraído em águas catarinenses), o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), anunciou que acionará imediatamente o governo estadual e o Fórum Parlamentar Catarinense. Este último, principalmente para combater o "fato novo", descoberto pelo Fórum, e que ameaça não apenas os poços pelos quais Santa Catarina briga há mais de 12 anos, como os que ainda não começaram a produzir. O relatório foi entregue na segunda-feira (18).

"Como a questão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) está no final, com grandes probabilidades de ganho para o nosso estado, o deputado federal paranaense (Gustavo Fruet - PMDB), inteligentemente, está propondo mudanças na Lei Federal 7.525 (de 22/07/1986), alterando a metodologia para definição dos limites marítimos em toda a costa brasileira", resumiu o deputado Lício Mauro da Silveria (PP), presidente do Fórum Permanente.

Conforme explicou o geógrafo Ademir Koerich, que integrou a comitiva do Fórum, o projeto modifica o artigo 9º da

lei, impondo a delimitação das áreas marítimas de cada estado através de uma metodologia que está fora, inclusive, dos padrões mundiais. Em síntese, a proposta amplia o mar territorial paranaense, tomando praticamente toda a costa de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que São Paulo leva um pedacinho da costa do estado vizinho, e o Rio de Janeiro também perde território. "São Paulo tem interesse, e não podemos desconsiderar o peso das bancadas paulista e paranaense juntas na Câmara. Estamos concretamente ameaçados de perder nossa costa", salientou Lício.

Supremo - Além de acionar a bancada federal e o governo estadual, o presidente da Assembleia quer uma audiência com o ministro relator da ação no STF, Joaquim Barbosa, que está prestes a dar a sentença final no caso dos royalties. (MMV)



O Paraná já recebeu cerca de R\$ 40 milhões em royalties. Na foto o poço P-XIV localizado no mar catarinense



Ademir Koerich mostra como fica o mar territorial com o projeto

O trabalho das três CPIs

Página 4

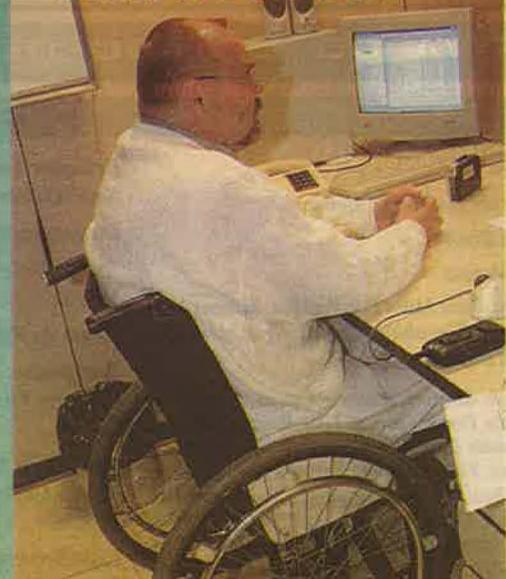
Ceron assume presidência da Comissão de Finanças

Página 5

Humanização do sistema prisional discutida em audiência pública

Página 4

Entrevista



Adalberto Michels presidente do Conede Página 06

Exposição de arte na AL

O artista plástico Luiz Carlos Albertini mostra na Galeria de Arte Meyer Filho, até o dia 29, 45 quadros em acrílico sobre tela, desenhos abstratos com medidas que atingem 1,60 m x 1,30 m. São obras em técnica mista, com efeitos em aerógrafo, valorizando as texturas. Também fazem parte da mostra obras impressionistas, onde se destacam jardins públicos parisienses, como Luxemburgo, Giverny e Bagatelle. Belos campos de papoulas, girassóis e canola, da área rural francesa e paisagens da Ilha de Santa Catarina complementam o acervo exposto.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Rede de Corrupção *

Ao contrário do que diz o ditado popular, nem tudo o que cai na rede é peixe. Tem muito pescador que, seja por ingenuidade, por acreditar cegamente naqueles que se intitulam líderes, ou ainda por medo, também está caindo numa bem tramada rede que envolve corrupção e crimes de toda ordem. O que afirmo é de extrema gravidade e certamente vai abalar as estruturas desse negócio lucrativo.

Centenas de pescadores catarinenses assumiram financiamentos, em média de R\$ 4 mil, pelos quais logo começarão a pagar e cujos benefícios jamais conheceram ou conhecerão. Não se sabe como, esses recursos, diga-se de passagem públicos, foram parar nas mãos e nos bolsos dessas tais lideranças, algumas com enriquecimento rápido e, por isso mesmo, suspeito.

Mais ainda: esses bandidos, escondidos atrás dos títulos de presidentes de colônias ou associações de pescadores, têm o poder de distribuir para quem bem entenderem as carteiras que deveriam ser entregues apenas para pescadores profissionais. Se fosse apenas isso a solução seria fácil e o prejuízo para a sociedade seria reduzido. Essas "fraudes" também permitem que os benefícios que deveriam subsidiar única e exclusivamente o setor e seus profissionais, vão para as mãos de falsos pescadores. Exemplo disto está na época do defeso, quando muitos pescadores legítimos não conseguem

acessar o benefício do seguro desemprego, mas os falsos pescadores, estes sim, conseguem!

Existem ainda colônias cujos presidentes retêm todas as carteiras dos pescadores. Portanto, são eles que recebem o seguro desemprego do defeso dos associados, sem repassar qualquer valor aos legítimos donos. Isto é crime!

Más por que este assunto está vindo à tona agora, se é problema antigo? Porque o Governo Lula criou o Ministério da Aquicultura e Pesca e este ministério, coordenado pelo catarinense José Fritsch, está organizando conferências em todos os estados brasileiros para fazer um diagnóstico realista dos problemas do setor e estudar as soluções apontadas pelos próprios pescadores.

Nosso mandato chamou para si a responsabilidade de incentivar, organizar, informar os pescadores artesanais do Sul catarinense para a Conferência da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, que aconteceu em Itajaí, no início do mês de agosto, reunindo quase 800 pessoas.

E foi ali, diante da angústia dos legítimos profissionais da pesca, que decidimos reunir todas as denúncias, documentos e depoimentos para encaminhar um pedido de providências ao Ministério Público do Trabalho. O recado está dado: quem é bandido, vai ficar como peixe miúdo na malha fina, sem ter como escapar.

* **Deputado José Paulo Serafim (PT)**

SC quer vôos regulares no Mercosul *

Por intermédio da Secretaria da Articulação Internacional, Santa Catarina está solicitando ao Governo Federal a implantação de vôos regulares entre os países do Mercosul, a fim de fortalecer o turismo entre todos os países que o integram. Já foram feitas várias reuniões, inclusive em Brasília, onde, na última quinta-feira (14), ficou definido que Santa Catarina poderá ter o aeroporto de Navegantes autorizado a operar, inicialmente por quatro meses, nessa modalidade. Uma outra medida será a de reduzir o valor das taxas de embarque de vôos internacionais no Brasil. Para que isso se concretize, faltam apenas alguns detalhes burocráticos envolvendo ministérios que têm a função de fiscalização dos aeroportos.

Todo esse processo iniciou-se após uma reunião em que participamos, como presidente da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado, junto com o presidente do Legislativo, deputado Volnei Morastoni, o empresário Anselmo de Souza, o secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí, Paulo Cruz, e a diretora da Secretaria da Articulação Internacional,

Giselda Cherem.

Desse encontro, participaram, ainda, políticos, empresários e prefeitos das regiões Norte e Litoral Norte do Estado. Em uma segunda reunião, em Brasília, em que estavam o Ministro da Defesa, o governador Luiz Henrique da Silveira, o secretário da Articulação Internacional, Roberto Colin, e a diretora Giselda Cherem, outras questões referentes ao assunto foram discutidas, como a redução da taxa de embarque de 36 para 18 dólares, no Brasil, e de 30 para 20 dólares na Argentina.

Além da participação do Ministério da Defesa, como órgão regulamentador interno, o assunto está envolvendo os ministérios do Turismo, da Justiça, da Fazenda, da Agricultura e da Saúde. A situação do aeroporto pode ser resolvida a curto prazo, dependendo somente dos pedidos que tramitam nos ministérios.

Quanto à facilitação de todos os vôos do Mercosul, Colin esclarece que no Ministério do Turismo foi informado da posição do Presidente da República, de que tudo que envolva o Mercosul é prioridade do Governo Federal.

* **Deputado Dado Cherem (PSDB)**

Vieira de Mello homenageado

Atendendo proposição do deputado Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP), os parlamentares da Assembléia Legislativa homenagearam na plenária da última terça-feira com um minuto de silêncio o diplomata brasileiro e representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Iraque, Sérgio Vieira de Mello. Ele morreu na do dia 19, após

ficar gravemente ferido pela explosão que atingiu a sede da entidade em Bagdá.

Uma forte explosão de carro-bomba atingiu a sede da ONU, matando 17 pessoas e deixando dezenas de feridos. Mello combinava os cargos de representante especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, no Iraque e de alto comissário da ONU para Direitos Humanos. (CA)



Congresso de radiodifusão

Para discutir o tema "O Poder da Mídia Eletrônica", a Assembléia participou na sexta-feira (15) do 11º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, promovido pela Associação Catarinense de Emisoras de Rádio e Televisão (Acart). O evento é um dos mais importantes do mercado de comunicação do Sul do país.

Profissionais e especialistas de comunicação debateram os rumos da mídia juntamente com o secretário de Comunicação do governo federal, Antonio Miguel Cotrin, e o presidente da Acart, Rainieri Bértoli, entre outras autoridades presentes.

Representando o presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), o chefe de gabinete da presidência Luiz Azevedo, falou sobre política e estratégias de comunicação do Poder Legislativo. Enfatizando o direito de todos os ci-

dadões de acompanhar e conhecer as atividades do parlamento, Azevedo relacionou os mecanismos institucionais hoje disponibilizados a toda a imprensa catarinense e nacional. Através da Divisão de Imprensa, a Assembléia disponibiliza boletins diários, remetidos para todos os jornais de Santa Catarina, muitas vezes única fonte de informação sobre as atividades do parlamento, boletins de rádio diário, boletim em sua home page. São enviadas matérias diárias para 60 rádios pólos do estado, via rádio digital, e releases por e-mails para mais de 350 veículos de comunicação de Santa Catarina, além da TV Assembléia e do jornal AL Notícias. "Também estamos implantando o software livre na Casa, reduzindo sensivelmente nossos custos na área de informatização", concluiu. (CA)

O Leitor
oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado
pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Títou (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tonini, Lisandréa Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Fórum da mídia será constituído

Num encontro marcado para o próximo dia 26, às 18 horas, na Sala das Comissões, serão definidas as diretrizes para a implantação do Fórum catarinense para acompanhamento da mídia. "Entre as primeiras medidas que tomaremos está a disponibilização para as escolas da cartilha elaborada pela Câmara dos Deputados sobre o assunto e também forneceremos um vídeo sobre as discussões feitas nesta audiência", afirmou o deputado Paulo Eccel (PT), na conclusão da audiência pública na noite de segunda-feira (18), no plenário. Realizada por solicitação do parlamentar, através da Comissão de Educação, a qual preside, a audiência discutiu o **Controle Social na Mídia**, enfocando aspectos como violên-



Paulo Eccel, Fantazzini e Celso Vicenzi

cia, exploração e preconceito.

Além de Eccel, participaram dos deba-

tes o deputado estadual Dionei Silva e os federais Orlando Fantazzini (PT/SP) e Mauro Passos (PT/SC); representantes do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina; estudantes do Curso de Jornalismo da Unisul/Palhoça; professores; conselhos estaduais de Psicologia e de Educação e da Associação Catarinense das

Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert).

Fantazzini falou sobre a campanha de-

envolvida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal intitulada "Quem financia a baixaria é contra a cidadania". O fórum nacional para acompanhamento da mídia busca a valorização dos direitos humanos na televisão em todo o país. Segundo ele, o diálogo com as emissoras de TV para que excluam programas diários considerados de "baixo nível" é bastante difícil. Ele ressaltou que é fundamental a mobilização da sociedade para ações concretas, de criação de instrumentos de proteção a esses programas.

A vice-presidente da Acaert, Cidinéia de Oliveira, salientou o grande poder das rádios, cuja programação musical diária faz incitações diretas ou indiretas ao sexo, à violência e ao preconceito. Para o jornalista Celso Vicenzi, da Comissão de Ética do sindicato da categoria, é necessário controlar os limites da liberdade de expressão, distinguindo o que é censura e o que é controle social. "É preciso fazer cumprir o direito à qualidade de expressão, com conteúdos que não afrontem os direitos humanos e que não exponham a situações vexatórias", declarou. (RMPP)

Conferência das Cidades em questão

Numa reunião coordenada pelo deputado Afrânio Boppré (PT), líder do PT na Assembléia, ocorrida na sexta-feira (15), no plenário, representantes de dezenas de entidades comunitárias, entre elas a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco) e a Federação das Associações de Moradores do Estado (Famesc), chegaram à conclusão que a 1ª Conferência Municipal de Florianópolis, convocada pela Prefeitura da Capital, não é legítima pois não garantiu a participação dos mais diferentes segmentos da sociedade, como garante a Lei Federal 10.257, o Estatuto da Cidade.

Segundo relatos de líderes de diversas comunidades a



Entidades querem anulação do encontro preparatório

Comissão Preparatória do encontro incluiu nas discussões somente entidades alinhadas com o poder público, apesar dos questionamentos da Ufeco, Famesc e do Fórum da Cidade sobre a forma seletiva de participação. Além de analisar políticas urbanas locais, a Conferência Municipal vai nome-

ar delegados para a Conferência Estadual, e esta para a Nacional, sob a organização do Ministério das Cidades.

As entidades solicitam que a Conferência Municipal de Florianópolis seja anulada para convocação de uma nova conferência, para que todos tenham direito à ampla participação. (RV)



Apresentações de dança abrilhantaram o lançamento da Festa

II Bananaenfest

Vigésimo quinto município catarinense no ranking de qualidade de vida em Santa Catarina, Corupá (Vale do Itapocu) lançou na noite do dia 13 a II Bananaenfest, que acontece de 10 a 12 de outubro. Principal fonte de renda agrícola, a produção de banana em Corupá iniciou em 1970 e hoje envolve 800 famílias, aproximadamente 3.140 pessoas (26% de uma população total de 11.835 habitantes).

A *Capital Catarinense da Banana*, conforme título conferido pela Lei

nº1.242, aprovada pela Assembléia em 2 de dezembro do ano passado, exporta para diversos países da América do Sul 75% da produção média anual de 150 toneladas. O prefeito, Luiz Carlos Tamanini, convidou a todos para a festa e para conhecer a *Rota das Cachoeiras*, com 14 quedas d'água em meio à exuberante beleza da Serra do Mar. Prestigiaram o lançamento o deputado Dionei da Silva - representando o presidente Volnei Morastoni (PT), Mauro Mariani (PMDB), Reno Caramori (PP) e Jorginho Mello (PSDB). (MMV)

Homenagem

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), no momento da entrega da placa comemorativa aos 107 anos da Sociedade Musical e Recreativa da Lapa, do Ribeirão da Ilha (na Capital), durante sessão solene na quinta-feira (14), no plenário. Agenor Firmino da Silva, Osmarino Avelino Vieira e Alécio Heindeinreich, músicos da Lapa há 52 anos, receberam a homenagem em nome de todos os integrantes. A sociedade conta com 30 músicos, 65 alunos na primeira fase e 28 na segunda, o ensino é gratuito e geralmente passa de geração em geração. (DAB)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Sistema prisional precisa ser humanizado

(foto Carlos Kilian)

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), realizou na segunda-feira (18) uma audiência pública sobre a humanização do sistema prisional. O evento contou com a participação do secretário de Segurança Pública, João Henrique Blasi, uma das conselheiras do Conselho Penitenciário, Vera Lúcia Teixeira, a representante do Fórum Permanente da Penitenciária de Florianópolis, Simone Lisboa Schaefer, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos



Comissão reunida durante a audiência pública

Advogados, Dória Ribas Marinho, o promotor do Ministério Público Paulo Locatelli, entre outros.

“Precisamos encontrar soluções para o sistema prisional o mais rápido possível. Muitas vezes o preso acaba de cumprir sua pena e não tem dinheiro nem para bancar as primeiras semanas fora da prisão, o que facilita o retorno à criminalidade”, disse na abertura do encontro a deputada Odete.

Embasado pela constatação de

que são necessárias 2.500 vagas, o secretário da Segurança salientou que Santa Catarina vive uma crise crônica no sistema penitenciário. “Isto gera outros problemas como regalias entre presos e rebeliões nas carceragens”, afirmou, anunciando que entre as medidas para amenizar a situação, o governo inaugura em outubro o sistema completo do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, cuja capacidade de 975 va-

gas é utilizada para abrigar apenas 230 apenados. Em 2004, prosseguiu, o Estado pretende iniciar a construção da penitenciária no Sul do estado, que abrigará detentos de Aranguá, Criciúma e Tubarão.

Vera Teixeira destacou a importância de se oferecer um trabalho, que possa continuar sendo exercido quando sair da penitenciária. “Não adianta ele apenas costurar bolas de

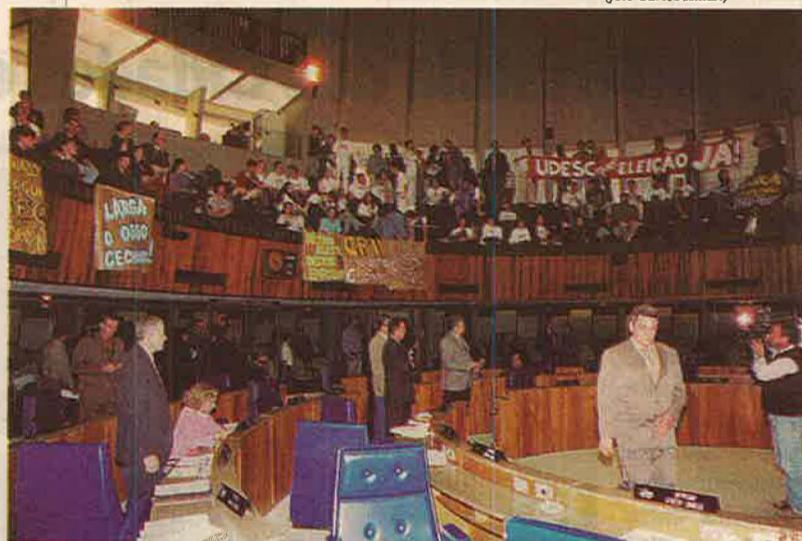
futebol, se depois ele não conseguir um emprego nesta área. As empresas deveriam firmar parceria com o governo para que o preso também seja interessante para elas, como empregadoras, após a sua soltura, e não apenas enquanto ele representar mão de obra barata”, concluiu.

Simone Schaefer destacou a importância de se fazer também um trabalho psicológico com o preso, enquanto Dória Marinho, também bateu na tecla da reinclusão do preso na sociedade. “Daqui a 10 anos não teremos

mais como bancar os presos na penitenciária e esses locais serão cada vez mais focos geradores de violência. A reinserção do preso na sociedade é a máxima da administração penal e se não for levada a sério agora, assim como o combate à corrupção da polícia e sistema carcerário, o que hoje é uma panela de pressão vai virar uma bomba atômica”, comentou. Para o promotor Locatelli, as penas alternativas ainda são uma saída vantajosa para o momento crítico que o sistema penal está vivendo hoje. (TK)

Inicia CPI da Udesc

(foto Carlos Kilian)



Estudantes da Udesc lotaram galerias durante anúncio dos membros da CPI

CPI da Casan ouve primeiras testemunhas

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a crise financeira da Casan, Dionei Walter da Silva (PT), anunciou na quarta-feira, 20, a tomada dos primeiros depoimentos. Em reunião na segunda-feira (18), sob protestos indignados dos deputados João Rodrigues (PFL) e Antônio Carlos Vieira (PP), a CPI teve seu prazo prorrogado por 60 dias, atendendo solicitação feita pela empresa, sob alegação de dificuldades para entrega da documentação exigida pela Comissão.

A Comissão foi instalada em 7 de maio, por solicitação do deputado Sergio Godinho (PTB), depois que o diretor presidente da estatal Walmor de Lucca, anunciou que encontrara dívida vencida de R\$ 158 milhões. Neste rombo estão incluídas assistência previdenciária e um total de 916 dívidas trabalhistas. A CPI já tem em mãos documentos da Casan, da Procuradoria Geral do Estado

(PGE) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Contrariedade

Vieirão, embora tenha votado favoravelmente à dilatação do prazo, registrou firmemente sua contrariedade. “Mal iniciamos e sequer tomamos qualquer depoimento ou temos qualquer indicativo das irregularidades e já temos que prorrogar?”, questionou. Rodrigues foi além e chegou a anunciar sua saída. “Vou consultar as lideranças do meu partido e pedir minha substituição. Não estou aqui para fazer papel de palhaço”, disparou o parlamentar.

O relator, Mauro Mariani (PMDB), explicou que foram recebidos 27 volumes com 8.375 páginas em documentos para análise, mas que o material remetido pela Casan não atende ao solicitado. “Tivemos que efetuar várias diligências devido a falta de documentos ou de material que foge ao objetivo da CPI. A empresa pediu a prorrogação para poder nos atender. Mas podem ter a certeza de que vamos cumprir nosso papel, doa a quem doer”, garantiu.

Na segunda-feira (25), a partir das 14 horas, serão ouvidas as duas primeiras testemunhas. (Confira no quadro). (CA)

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) anunciou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Udesc, requerida pela bancada do PT, será instalada na terça-feira (26). Como o mais idoso entre os integrantes, o parlamentar tem a prerrogativa regimental de convocar a primeira sessão, quando serão eleitos o presidente e o relator. As bancadas finalizaram suas indicações para a composição no dia 19.

Além de Lício, integram a Comissão os deputados Celestino Secco (PP), Paulo Eccel e Wilson Vieira - Dentinho (PT), Dado Cherem (PSDB), Julio Garcia (PFL) e

Rogério Mendonça (PMDB).

Apresentado pelo deputado Afrânio Boppré (PT), o requerimento para a instalação da CPI, que vai investigar supostas irregularidades na instituição, obteve 17 assinaturas. Apenas a bancada do PP não assinou. As investigações serão centradas no período 2001/2003, sobre a gestão administrativa, patrimonial, financeira e ao financiamento da Universidade. Também serão investigadas as formas de seleção, ingresso de estudantes no Programa de Ensino a Distância e a constituição do quadro de pessoal, em especial, o processo de provimento dos cargos ou empregos, permanentes ou temporários. (CA)

Depoimentos

Dia	Hora	Depoente	Quem é
25/08	14h	Sérgio Vieira Veiga	Chefe da Consultoria Jurídica da empresa
25/08	14h	Charles Fernando Schoreder	ex-chefe da Consultoria Jurídica
27/08	18h	Rubens João Machado	ex-chefe da Divisão do Direito do Trabalho da empresa
27/08	18h	Almir Reginaldo Westphal	ex-chefe da Divisão do Direito do Trabalho

Dívida do Estado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, João Paulo Kleinubing (PFL), apresentou na manhã do dia 19 parecer ao questionamento feito pela bancada do PP através de requerimento, sobre a falta de fato determinado para a constituição da Comissão Parlamentar

de Inquérito (CPI) da Dívida Pública do Estado. Para ele, é necessário apurar o montante real da dívida em dezembro de 2002 e suas origens. Os governistas, que propuseram a CPI, querem o período de 1983 a 2002. A matéria está sob vista do deputado Afrânio Boppré (PT). (SD)

Produtores querem a volta da nota fiscal

(foto Alberto Neves)



Audiência encaminhou para elaboração de nova lei

Em audiência pública da Comissão de Agricultura, realizada no dia 14, em Ituporanga, Alto Vale do Itajaí, os produtores reivindicaram a volta da nota fiscal. Através de projeto do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), transformado na Lei nº 12.569, de abril deste ano, não é permitido o uso de nota fiscal do produtor na comercialização de cebola em outros estados. "Foi a maneira de impedir que os atravessadores se utilizem da nota do produtor catarinense para vender lá fora", justificou o parlamentar. Antes a venda da cebola fora de Santa Catarina era feita com a nota fiscal do produtor. Hoje a cebola só pode ser vendida fora do território estadual através de empresa da região, sem a emissão da nota. "Sou a favor da revogação da lei, permitindo a emissão da nota com a con-

tra-nota - documento que comprova nossa contribuição previdenciária", afirmou José Valdir Loffi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia.

Ele explicou que até 2006 será possível comprovar a contribuição para o INSS somente com a apresentação do bloco do produtor. Arno Sebold, da Associação dos Compradores de Cebola do Estado, quer que, além da emissão da nota, seja implantada pauta de preços semanal na compra e venda do produto.

Ituporanga e mais nove municípios da região são

responsáveis por 45% da produção nacional, produzindo anualmente cerca de 300 mil toneladas de cebola.

Presentes ao debate, os deputados Peninha, que requereu a audiência, e o presidente da Comissão, Mauro Mariani (PMDB), produ-

tores, sindicatos, secretários regionais e diversos segmentos ligados à agricultura. Ficou decidido que todos os setores envolvidos, sob a coordenação da Secretaria Regional, deverão elaborar nos próximos 20 dias uma proposta alternativa para a atual Lei. (RMPP)

Agricultura reúne secretários

Os rumos da agricultura catarinense serão discutidos nos dias 2 e 3 de setembro, no CentroSul, em Florianópolis, no 2º Encontro Estadual dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina. O evento objetiva informar, debater e decidir sobre os principais temas nacionais do segmento e é promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), com o apoio da secretaria estadual da Agricultura e do gabinete do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB).

Transgênicos, silvicultura, piscicultura, aquíicultura, agroindústria e agricultura familiar serão abordados por cientistas agrícolas, líderes governamentais do setor e, principalmente, por todos os dirigentes públicos e de associações municipais catarinenses que participaram do encontro. Inscrições e informações pelos fones (48) 249.1011 ou pelo e-mail eventos@melbit.com.br. (CA)

Ceron é o novo presidente da Finanças

O deputado Antônio Ceron (PFL) é o novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação, em cumprimento ao acordo que por ocasião da eleição da Mesa Diretora garantia este espaço ao PFL. Ele ocupa o lugar do deputado Djalma Berger, que deixou de ser membro e presidente da comissão após o seu desligamento do partido. Na mesma reunião, o deputado Nelson Goetten (PFL) assumiu uma vaga como membro da Comissão.

Após a eleição, foi discutida a Medida Provisória nº 111/03, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômica (Revigorar). A relatoria será do deputado Manoel Mota (PMDB). O prazo para apresentações de emendas é até o dia 25. Nesta reunião ainda foi entregue aos deputados o relatório preliminar das prioridades indicadas pela população para a inclusão no Plano Plurianual - PPA 2004/2007 e no Orçamento do Estado. (SD)

(foto Solon Soares)



Ceron, entre Jorginho Mello (PSDB) e Dionei da Silva (PT), foi indicado presidente

Emancipações questionadas em manifesto

(foto Solon Soares)

O presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Marcílio Ávila (PP), entregou na terça-feira (19) ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), documento assinado pelos 21 vereadores da Capital pedindo que os parlamentares votem a admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional 06/03, que acrescenta

um terceiro parágrafo ao artigo 110 da Constituição, determinando que o município sede da capital do Estado não poderá sofrer processo de incorporação, fusão ou desmembramento. O mesmo tema também é tratado no Projeto de Lei Complementar 15/03. Ambos são de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP) e estão com pedido de vista



João Paulo Kleinübing (à esquerda) recebeu o manifesto

dos deputados Jorginho Mello (PSDB) e Herneus De Nadal (PMDB), respectivamente. "Ouso dizer que não é só a Câmara de Vereadores que não quer a emancipação do Norte da Ilha, mas uma parcela de 99% da população de Florianópolis", disse Marcílio Ávila.

O deputado Jorginho Mello (PSDB) apresentou parecer pela realização, através do Tri-

bunal Regional Eleitoral (TRE), de plebiscito para saber se a população de Chapecó aprova a emancipação dos distritos de Marechal Bormann e Goio-En. O Projeto de Resolução, de nº 36/99, está com pedido de vista do deputado Paulo Eccel (PT). O parlamentar defende a contenção dessa "nova onda emancipacionista" e assinala que não existe regulamentação federal sobre os processos emancipatórios. (SD)

Inclusão de deficientes ainda esbarra no preconceito

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Mirela Maria Vieira

Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conede), o médico de 49 anos, Adalberto Michels, deficiente físico desde um acidente grave sofrido aos 24 anos, que o colocou para sempre numa cadeira de rodas além de deixar outras seqüelas físicas, está buscando mobilizar os parlamentares do Sul do País para trazer um hospital da rede Sara Kubistchek. Em novembro, o Conede realiza evento destinado principalmente a mobilizar secretários municipais de Saúde e gerentes regionais do Estado para deslançar a criação dos Conselhos Municipais de Saúde. A 1ª Jornada Catarinense de Inclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência Física acontece em Blumenau, de 26 a 29 de novembro.

AL Notícias – Como surgiu o Conselho?

Adalberto Michels - A criação do Conselho começou pela necessidade de unificar as ações das associações dos grupos de deficiência. Através dele, congregamos os vários grupos de deficiência, principalmente os quatro grandes segmentos – deficiências mental, auditiva, visual e física. O Conselho foi criado pela Lei Estadual nº 11.346, de 17 de janeiro de 2000, por projeto de procedência governamental, e é um órgão institucional privado, mas tem participação paritária entre entidades civis e entes públicos. São 50% de conselheiros designados por entidades não-governamentais e 50% pelo governo.

AL Notícias - As leis existentes são suficientes e, principalmente, são cumpridas?

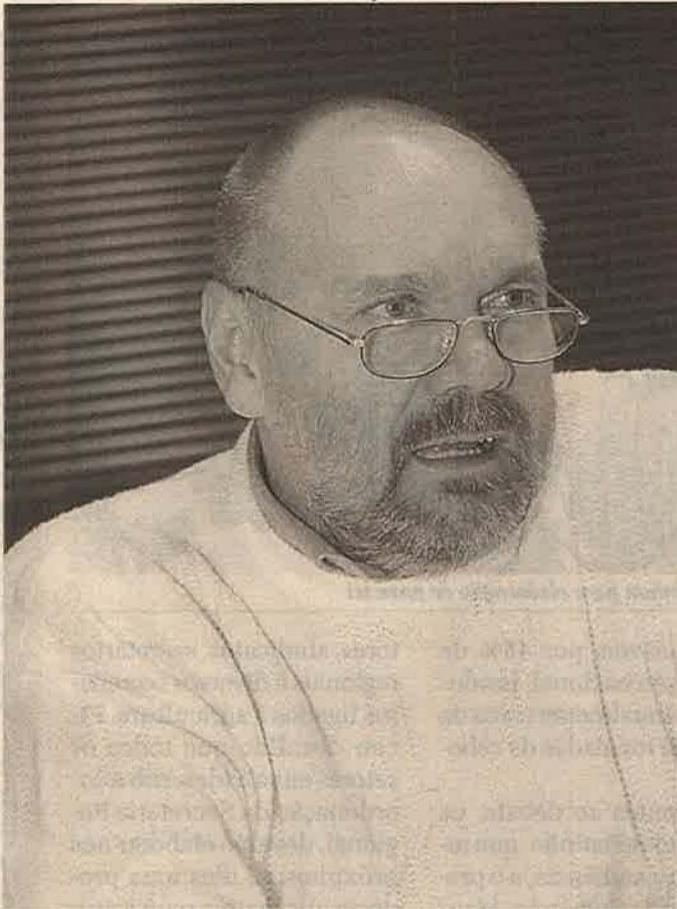
Michels - O número de leis, as leis, contemplam as nossas necessidades. O grande problema é a falta de conhecimento destas leis e sua não aplicação efetiva.

AL Notícias – Isto é no âmbito da gestão pública?

Michels – Em todos os lugares. Estamos no terceiro milênio e a discriminação ainda é o maior entrave. Temos portadores de deficiência médicos, advogados, enfermeiros, professores, enfim pessoas produzindo em sua plenitude. Há alguns anos, o deficiente físico *cadeirante* era um pedidor de esmola. Um *muletante*, a mesma coisa. Um deficiente visual só servia para fazer massagem e revelação de filme. Quer dizer, havia profissões típicas, tipificadas pela sociedade, para cada tipo de lesão. O deficiente auditivo era considerado uma civilização à parte. Hoje, não. Estamos nos inserindo no mercado de trabalho e no contexto social.

AL Notícias – Mas a sociedade ainda os encara como seres passíveis de caridade, não de integração.

Michels – É aí que entram as leis, que



estão protegendo. Mas ainda não são efetivas porque existe muito preconceito. Se todas as pessoas comuns conhecessem essas leis e soubessem, mais do que as leis, o potencial que tem a pessoa portadora de deficiência, as coisas seriam diferentes. Quando o deficiente consegue um emprego, ele pega de verdade, com as duas mãos e não larga mais.

AL Notícias – Aproximadamente, qual o número de deficientes em proporção à população?

Michels – Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) de 2000, 14,07% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência. Isto significa que temos cerca de metade da população brasileira, algo em torno de 42%, só contando pai e mãe, envolvida com situações de deficiência. Se nos reportarmos à história, existem relatos de três, quatro mil anos antes de Cristo, de pessoas portadoras de deficiência física, resultado de acidentes de trabalho. Eram abandonados e morriam de septicemia. E isso até a Segunda Guerra, quando a quantidade de pessoas mutiladas foi enorme e os governos se viram obrigados a fazer alguma coisa. Então, a partir daí, começaram a surgir os estudos sobre as necessidades especiais dos portadores de deficiência, principalmente a física.

estão protegendo. Mas ainda não são efetivas porque existe muito preconceito. Se todas as pessoas comuns conhecessem essas leis e soubessem, mais do que as leis, o potencial que tem a pessoa portadora de deficiência, as coisas seriam diferentes. Quando o deficiente consegue um emprego, ele pega de verdade, com as duas mãos e não larga mais.

AL Notícias – O que é preciso para inserção no mercado de trabalho?

Michels - O mercado de trabalho é o nosso menor problema. Tem mais vagas do

que deficientes, porque a lei (reservando cotas) protege, a lei trouxe isso. Uma coisa muito boa. Mas como você vai inserir um indivíduo que tem uma lesão medular, por exemplo, que mora lá em cima do morro, e não tem como sair de casa, não tem uma cadeira de rodas adequada para desenvolver uma atividade? Como é que este indivíduo que não teve oportunidade de estudar, que não tem escolaridade nenhuma, que é um semi-analfabeto, ou um analfabeto, e as empresas exigem um mínimo de grau de conhecimento, geralmente segundo grau, vai ser inserido?

AL Notícias - O senhor acha que isso seria responsabilidade

exclusiva do poder público, ou deveria haver uma parceria maior entre iniciativa privada e poder público?

Michels – Isso é responsabilidade da sociedade. É minha como deficiente, é tua como cidadã, é responsabilidade do governo enquanto órgão executivo, é responsabilidade da Assembléia Legislativa como instituição fiscalizadora e legislativa, é responsabilidade de todos nós. É aí que entra a importância do Conede.

AL Notícias - Quais têm sido os avanços com o Conede?

Michels – Temos brigado principalmente por três questões. A primeira, a divulgação do Conselho Estadual e criação dos Conselhos Municipais. Isso é o nosso carro-chefe. A segunda é fazer um cadastro

das pessoas que têm deficiência. Onde estão, quem são, qual o grau de deficiência e do que precisam.

AL Notícias – Como está a acessibilidade ao tratamento?

Michels - Quando se fala em tratamento de reabilitação para um indivíduo que atingiu um dano severo, vamos atingir, se muito, 10% dessa população. 90% não tem assistência nenhuma. Em Santa Catarina nós temos um único centro de reabilitação, a Associação Santa Catarina de Reabilitação, em Florianópolis. O indivíduo que sofreu um acidente de carro e mora em Curitiba vai se tratar onde? Não tem centro de reabilitação. É aí que

entramos no terceiro grande objetivo do Conede. Trazer para Santa Catarina, para o Sul do Brasil, um segmento do Hospital Sara Kubistchek, que é público e existe em Brasília, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Maranhão, no Pará e em Minas. Todas as regiões, menos o Sul, estão contempladas. Por que não? São cerca de 20 milhões de habitantes (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), mas o Sul sempre é relegado porque ele “sempre resolve seus problemas”. Eu imagino que seja algo dessa ordem. Por que foi para o Maranhão? Porque tivemos um presidente chamado José Sarney. Por que na Bahia? Porque tem o senador Antônio Carlos Magalhães. Onde tem poder político grande.

AL Notícias - E não há mobilização nesse sentido?

Michels - Conseguimos entrar no circuito em março do ano passado, quando o Conede esteve em Brasília e conseguimos falar com a diretora da rede Sara de Brasília, e ela me falou da vontade da rede em vir para o Sul e que já haveria sinalização do Conselho das Pioneiras Sociais, que é o órgão deliberativo da rede, pela construção de um hospital especificamente em Florianópolis. Agora, eles nem sequer começam a conversar se o governo catarinense não oferecer um terreno de 30 mil metros quadrados. Existe um terreno desse tamanho em Florianópolis, de propriedade do governo do Estado. O Conede já localizou.

AL Notícias - E qual a posição do governo?

Michels – Já mantivemos contato com o secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi e um breve contato com o governador Luiz Henrique. E estamos trabalhando de maneira informal com um colega de faculdade, o deputado Serafin Venzon, para que ele sensibilize o senador Leonel Pavan, que esteve internado no Sara Kubistchek, e mobilizem a bancada do Sul para incluir no Orçamento da União do próximo ano a instalação do Hospital. A existência de um hospital desse gera economia para o Estado. O indivíduo que sofreu um trauma deixou de produzir e de ganhar e passa a ganhar um salário do INSS, algo como R\$ 180, mais o tratamento que ele precisa fazer. Durante quatro anos, digamos, ele recebe isso. Se ele estivesse reabilitado e voltasse a trabalhar, ganhando R\$ 500, ele pagaria de imposto R\$ 135, menos R\$ 180 que ele deixa de ganhar do INSS. Quer dizer, teríamos um hospital com capacidade para 100 leitos pago em oito anos.

AL Notícias - Qual seria o custo para construção e compra de equipamentos?

Michels - Algo em torno de R\$ 30 milhões possibilita um excelente hospital. E só para Santa Catarina. Com o que se gasta para asfaltar 40 quilômetros de estrada constrói-se um hospital deste. Uma estrada traz progresso, mas quantas pessoas você traria de volta à vida, à comunidade, à inserção no mercado trabalho com o hospital. Você daria uma vida a essas pessoas.

Medidas provisórias aprovadas

Depois de admitidas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (19), as Medidas Provisórias nºs 112/03 e 111/03 tiveram sua admissibilidade aprovada em plenário. A 112 autoriza a contratação, em caráter temporário, de servidores na área de segurança pública para o sistema de atendimento ao adolescente infrator, em diversos cargos nos Centros Educacionais Regionais, Centros de Inter-

namento Provisórios, Casa de Semi Liberdade e Plano Interinstitucional. Esses cargos se extinguíram no último dia 10.

Já a MP 111 institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômica, denominado *Revigorar*, que consiste em uma série de medidas para facilitar o cumprimento das obrigações tributárias. Os contribuintes devedores de créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderão parcelar suas dívidas em até cinco vezes, sem qualquer acréscimo e com redução da multa e juros incorridos, proporcionalmente ao número de parcelas. De acordo com a MP, a eventual opção anterior pelo Refis não impede que o contribuinte pleiteie os benefícios do Revigorar. Será possível ainda, incluir no programa os créditos tributários já parcelados no Refis. (SD)

Banco da Terra

Preocupado com a possibilidade de extinção do Banco da Terra, proposta pelo governo federal, o deputado Reno Caramori (PP) solicitou que a Assembleia encaminhe moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria Estadual



Deputado Reno Caramori

da Agricultura e Política Rural para unir esforços visando a manutenção da instituição. O parlamentar apresentou relato sobre essa forma alternativa para a aquisição de propriedades rurais que Santa Catarina mantém bem sucedida há 20 anos, sugerindo que, mesmo com outra denominação, o Banco sobreviva e continue auxiliando os pequenos produtores a adquirir seu pedaço de terra.

"Santa Catarina já atendeu 5.252 famílias, sendo 531 só no ano passado e somadas às 2.503 famílias atendidas pelo antigo Fundo de Terras, no período de 1983/1987, o Estado pode orgulhar-se de ter desenvolvido um mecanismo legal e pacífico de acesso à terra, um bom exemplo para o Brasil. Informaram que o Banco da Terra teria deficiências e irregularidades, exatamente o discur-

so politiquero que limitou a ação e os recursos da referida instituição. No afã de garantir um trágico monopólio para a invasão como único recurso e caminho para que um sem-terra consiga seu pedaço de chão, lideranças políticas habituais a viver do problema de-

dicaram-se a tarefa de maldizer e difamar o Banco", acusou o deputado. Segundo ele, o Banco da Terra significa compromisso com a viabilidade da propriedade, com sua lucratividade e eficiência e isto contraria os que fazem dos assentados perene massa de dependentes para suas manobras e incursões políticas. "É evidente que o Banco não pode ser a única via para conquista do chão pelos milhares de brasileiros que sonham com sua terra e, por conseqüência, com esta componente essencial da cidadania. Mas extinguir esta alternativa é um grave erro, especialmente quando os conflitos fundiários se multiplicam. Nosso estado é a unidade federada com o menor índice de concentração da propriedade rural, ou seja, de situação fundiária menos injusta", concluiu. (CA)

Áreas indígenas

Conflito sobre terras pode ficar pior

A portaria assinada pelo Ministério da Justiça, na semana passada, ampliando a reserva indígena de Duque de Caxias, no Alto Vale do Itajaí, está preocupando o deputado Rogério Mendonça, líder do PMDB. "É uma situação gravíssima. O governo precisa, urgentemente, rever essa portaria ou, do contrário, haverá confrontos entre proprietários de terras e índios", alertou.

Tão logo soube da portaria, que amplia a área de 14 para 37 mil hectares, Peninha encaminhou uma moção ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedindo sua imediata revogação. Vários deputados apoi-



Deputado Rogério Mendonça

aram a iniciativa e subscreveram a proposição. "Queremos que o governo constitua um grupo técnico, formado por representantes do Estado e dos municípios envolvidos, para que seja elaborado um novo laudo. Como ficam os agricultores que adquiriram seus lotes no passado?", questiona.

A nova demarcação da reserva Duque de Caxias, onde vivem cerca de 1500 índios, atingirá os municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho. Segundo o líder da bancada do PMDB, em Vitor Meireles, por exemplo, cerca de 60% do território será ocupado pela reserva indígena. (MS)

Cultura polonesa

Nos anos de 1889/1891 chegavam a Itaiópolis, no Planalto Norte, os primeiros imigrantes poloneses. Na época o município era conhecido como Lucena e o grupo veio ao Brasil em busca de trabalho, a convite do governo brasileiro que necessitava de mão de obra para colonizar a terra. Mais de 100 anos depois, a Assembleia Legislativa, através do Projeto de Lei 145/03, de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB), reconhece a cidade como a Capital Catarinense da Cultura Polonesa.

Na justificativa da proposição, Mariani enfatiza que os imigrantes não medem esforços para manter vivos o seu idioma, a sua cultura e as suas tradições. Para alcançar este objetivo, eles formaram instituições e organizações sociais polonesas, bem como construíram escolas e igrejas para ensinar o português e o polonês. (RV)

Honraria de Mérito

Por iniciativa do deputado Nilson Machado - Duduco (PP), os parlamentares aprovaram na quarta-feira (20) o Projeto de Resolução 10/03, que concede honraria de mérito a Abigail Izaura do Rosário, pelo brilhantismo dos serviços prestados na área social em Joinville. A proposta estabelece que a honraria será concedida em forma de placa personalizada em sessão solene. A data da solenidade será definida pela Mesa Diretora da Casa.

"Mãe Abigail, como é conhecida, começou seu trabalho social em 1986, quando adotou o sobrinho Marcos, já que na época tinha três filhos com o marido Carlos. Atualmente eles têm 38 filhos, três da barriga e 35 do coração, como preferem chamar", informou Duduco. Vinte e duas crianças do casal frequentam a escola, pois ganharam bolsas de estudo do Colégio de Aplicação da Univille, sendo que as demais cursam o ensino público. Até hoje eles pagam um ônibus velho e nunca pensaram em transformar sua família em uma instituição, ou seja, uma pessoa jurídica, o que muito ajudaria na sua manutenção. Duduco frisou o merecimento da homenagem, já que o casal adotou, e continua adotando, crianças rejeitadas pela sociedade: doentes mentais, violentadas sexual e fisicamente, negras e contaminadas com o vírus HIV. (RV)

Agenda

Dia 25, 14 h - Fórum Permanente do Plano Estadual de Educação
Local: Plenário

Dia 25, 14 h - Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - *Abuso sexual infante juvenil*
Local: Câmara Municipal de Itajaí

Dia 25, 14 h - CPI da Casan - Depoimentos de Sérgio Veiga e Charles Schroeder, atual e ex-chefe da Consultoria Jurídica da empresa
Local: Sala das Comissões

Dia 25, 19 h - Sessão solene em homenagem aos 20 anos de fundação do Jornal da Manhã
Local: Plenário

Dia 26, 9h30min - Seminário Estadual sobre Habitação Popular
Local: Plenarinho

Dia 26, 18 h - Debate com o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso - *A CEF e as políticas públicas*
Local: Plenário

Dia 27, 16h30min - O secretário João Henrique Blasi fala sobre o Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara
Local: Plenário

Dia 27, 18 h - CPI da Casan - Depoimentos de Rubens Machado e Almir Westphal, último e penúltimo chefes da Divisão do Direito do Trabalho da empresa
Local: Sala das Comissões

Dia 27, 19 h - Sessão solene em homenagem aos prefeitos catarinenses agraciados com o Prêmio Gestão Fiscal Responsável e o Prêmio Gestão Social Responsável
Local: Plenário

Dia 28, 18 h - Abertura do IV Encontro da União Nacional dos Taquígrafos
Local: Plenário

Dia 29, 18h30min - Solenidade em homenagem aos 200 anos de nascimento de Duque de Caxias, patrono do Exército
Local: Plenário

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Uma corrida para o sucesso

De origem humilde, Ana Cláudia Carvalho, de 16 anos, precisa de apoio para continuar brilhando no atletismo



Rubens Vargas

Antes de completar 11 anos, em 1998, ela estreou em competições com a vitória na corrida rústica da Maratona do Sesc, categoria infantil. De lá para cá, são 160 premiações, entre troféus e medalhas, trajetória que a levou a fazer parte da equipe de Florianópolis dos Jogos Abertos (Jasc) desde o ano passado. A atleta conta com a boa vontade de amigos e a luta da mãe, Neusa Carvalho, responsável

pelo sustento dos oito filhos, para treinar e competir, muitas vezes em provas em outros estados do país.

A rotina de treinamento ocorre na precária pista do Instituto Estadual de Educação, na Capital, sob a tutela do experiente Otimar Lothar Welsch, técnico há 22 anos e detentor de 29 medalhas na história dos Jogos Abertos. Entre o grupo de atletas que segue suas orientações nas segundas, quartas e sextas, à tarde, já que nos outros

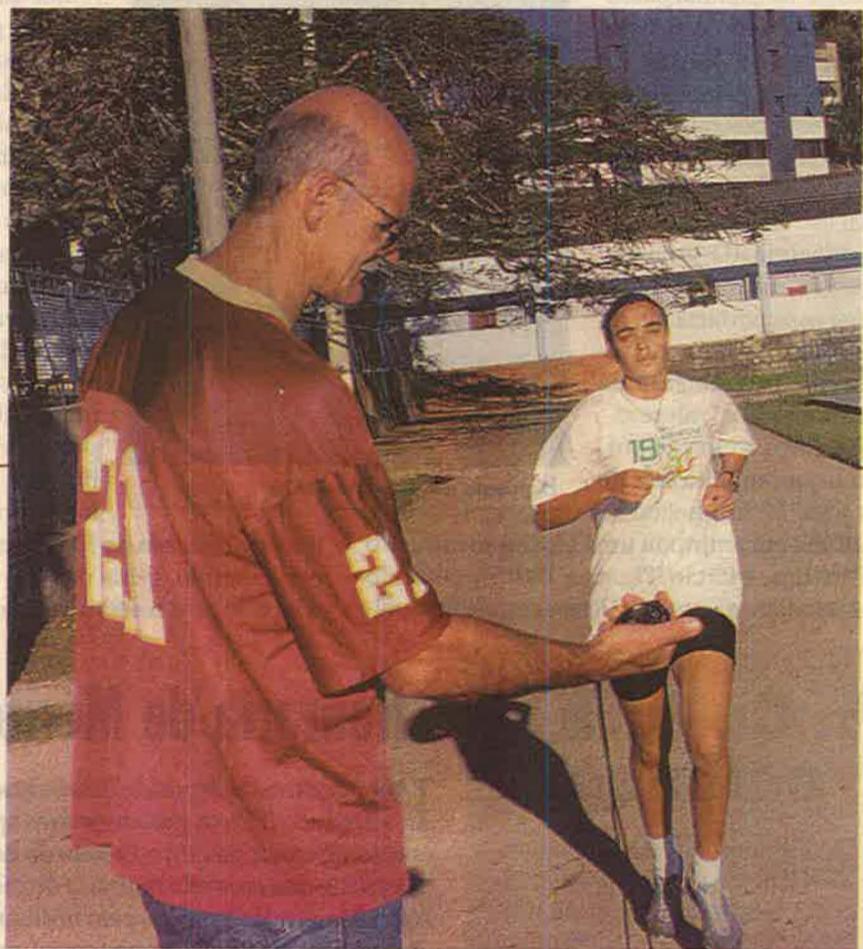
dias a preparação física é feita nas ruas, Ana Cláudia tem uma história em comum com Rodolfo Hass: os dois foram os únicos que permanecem em atividade do grupo de 40 crianças oriundas da Escola Básica Celso Ramos, na Prainha. Aos 19 anos, Rodolfo é campeão sul-americano nos 3 mil metros com obstáculos e participou em julho dos Jogos Panamericanos, juvenil, em Barbados. A boa participação garantiu um convite da Universidade de Iowa (EUA).

Companheirismo

“Eu me preocupo em formar cidadãos, homens e mulheres de bem. O resultado ajuda, mas não é o principal. O atleta anti-social não dá, tem que mudar. Exijo trabalho em equipe, respeito com os colegas. Aqui nós temos desde campeão sul-americano até o iniciante. Ele é um referencial, mas todos têm o mesmo tratamento”, diz o professor de educação física. Otimar acredita que o esporte é a última oportunidade de ascensão para a criança pobre,

além de servir para a superação de dificuldades.

Ele não poupa elogios a Ana Cláudia. “Ela treina comigo desde os 10 anos e tem um futuro promissor pela frente. Isto é só o início, o auge como atleta será alcançado aos 30, 35 anos. Ela é uma corredora de fundo e vai participar das provas de resistência dos Jogos Abertos, nos 1.500 e 3.000 metros, e nos 5.000 e 10.000 metros dos Jogos Abertos”.



Otimar Lothar se empenha no treinamento de dezenas de jovens, como Ana Cláudia

Patrocínio

O alto custo dos deslocamentos em viagens e de material esportivo trazem uma permanente preocupação a sua mãe, que há uma semana tenta obter qualquer tipo de patrocínio. “Agora estou pedindo uma cooperação para a Ana Cláudia, por isso ando de um lado para o outro com o currículo dela. Tenho esperanças de conseguir alguma coisa para que ela não pare de competir”, diz Neusa Carvalho. O técnico Otimar lembra que mantém os atletas sempre motivados, mesmo sem patrocínio. “No Brasil as coisas são difíceis, mas assim como eu venci com muita dificuldade, passo para eles esta determinação. No caso da Ana Cláudia, um auxílio de R\$ 100 mensais já seria interessante no momento”.



Atleta prepara-se para os próximos desafios

Os interessados em apoiar Ana Cláudia podem ligar para sua residência no fone

(48) 225-8110

Mais recente conquista

Julho/2003 - 3º lugar na corrida rústica de 5 km, até 17 anos, na 19ª Maratona Internacional de Blumenau

Próximos desafios

12-20/Setembro

Joguinhos Abertos de SC - Joaçaba
1.500 e 3.000 metros

30/Octubro a 08/Novembro

Jogos Abertos de SC - Blumenau
5.000 e 10.000 metros

